



RELATÓRIO DE INSPEÇÃO Nº 7.0103/11

PROCESSO Nº : 10305/2010
ANEXOS: Anexo I, II*, III** e IV
JURISDICIONADA: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST.
ASSUNTO: Contrato
MONTANTE EM EXAME: R\$ 7.594.400,00
PREJUÍZO APURADO: R\$ 2.188.303,48
EMENTA: Publicação no DODF de Extrato do Contrato nº 17/2010 celebrado com a empresa UNIMIX TECNOLOGIA LTDA. Inspeção conjunta com a Div. Acomp. 2ª ICE. Análise dos procedimentos da contratação e da execução do Contrato. Pela conversão em Tomada de Contas Especial, audiências e determinações.

Senhor Diretor,

Tratam os autos da contratação da empresa UNIMIX TECNOLOGIA LTDA., para prestação de serviços especializados de informática, Sob Demanda, em horas, em suporte a produtos e tecnologia Oracle, conforme Contrato de Prestação de Serviços nº 17/2010, nos termos do Padrão nº 04/2002.

2. Esta Informação encontra-se estruturada nos seguintes tópicos:

I – INTRODUÇÃO

II – REPRESENTAÇÃO Nº 09/20011-CF

III – DO PROCESSO DE ADESAO (Anexos II e III)

IV – DOS ACHADOS

IV.1 – DOS ASPECTOS FORMAIS NÃO OBSERVADOS

IV.2 – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

IV.3 – VALORES LIQUIDADOS E NÃO PAGOS

V – CONCLUSÕES E SUGESTÕES



I – INTRODUÇÃO

3. Estes autos foram instaurados para abrigar a análise do Contrato 17/2010, celebrado com base na adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico SRP nº 006/2008 do Exército Brasileiro - Ministério da Defesa (Anexo III, fls. 48/52).

4. Mediante Ofício nº 50-2ª ICE foi solicitado à SEDEST, cópia do Processo 380.000.279/2010 (fl. 03).

5. Por meio do Ofício nº 353/2010/SEDEST (fl. 04) foi encaminhada cópia do referido Processo (Anexo I). Posteriormente, por intermédio da Representação nº 09/2011-CF, foi encaminhada nova cópia do Processo 380.000.279/2010 (Anexo II e III) com acréscimo das folhas 319 a 379.

II – REPRESENTAÇÃO Nº 09/2011-CF

6. Os autos encontravam-se no Núcleo de Fiscalização de Tecnologia de Informação para manifestar a respeito da Adesão à ARP 006/2008 decorrente do Pregão Eletrônico 006/2008, realizado pelo Ministério da Defesa, quando foi adicionado ao Processo a Representação nº 09/2011-CF e anexos (fls. 07/65), acompanhada de cópia do Processo nº 380.000.279/2010 (Anexos II e III), que cuidou da contratação.

8. A Representação versa sobre denúncia no sentido de que o Contrato 17/2010, celebrado entre a SEDEST e a UNIMIX não estaria sendo cumprido de acordo com o objeto.

9. Após tecer considerações sobre os documentos que respaldaram o Ajuste o MPJTCDf requer a esta Corte que: *“a presente Representação seja imediatamente distribuída a relator, para que avalie a possibilidade de determinar, incontinenti, a oitiva da SEDEST, pra que se manifeste a respeito, ofertando as certificações a pouco citadas, ...”* (fl. 08 v)

10. Ao final, informa que o contrato foi prorrogado por apenas 04 (quatro) meses e ressalta a importância da fiscalização ser feita em tempo real.



11. Os autos foram distribuídos para a Conselheira Anilcéia Machado que mediante Despacho Singular determinou a remessa do Processo a esta ICE para instrução (fl. 68).

12. Foi proposta a realização de Inspeção conjunta com a 2ª ICE/Acomp e NFTI, devidamente autorizada pela Presidente desta Casa (fl. 69/71).

III - DO PROCESSO DE ADESÃO (Anexos II e III)

13. Para a contratação da empresa UNIMIX TECNOLOGIA LTDA., a SEDEST aderiu a Ata de Registro de Preço nº 006/2008, nos termos do Pregão Eletrônico nº 006/2008 do Exército Brasileiro – Ministério da Defesa.

14. Cabe esclarecer que a adesão à Ata de Registro de Preços encontra respaldo no art. 8º do Decreto Federal nº 3931/2001, in verbis:

“Art. 8º A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.”

15. Ainda, essa Corte de Contas, quando da apreciação de consulta no Processo nº 35501/2005, deliberou:

*“... I - tomar conhecimento, em caráter excepcional, da consulta em apreço; II - informar ao órgão consulente que **há possibilidade** de os órgãos e entidades do complexo administrativo do Distrito Federal **utilizarem-se da Ata de Registro de Preços de outro ente federativo**, desde que expresse pesquisa de mercado promovida no Distrito Federal, conforme dispõe o § 1º do art. 4º da Lei nº 938/1995, e*



atenda os requisitos que a norma de regência estipula para tal hipótese;"

16. Em análise à documentação constante dos Anexos II e III, verificamos a presença dos seguintes elementos básicos necessários à contratação:

- a) Termo de Referência que apresenta as justificativas para a contratação, a descrição dos serviços e perfil dos profissionais, documentação exigida, obrigações da contratada, o valor estimado da despesa em R\$ 7.600.000,00 e a forma de preenchimento de documentos constantes dos Adendos I a IV. (fls. 03/50*);
- b) Ofício nº 78/2010-USG/SEDEST encaminhando consulta ao ordenador de despesa do Exército, para autorização de adesão à Ata de Registro de Preço (fls. 135*);
- c) Ofício nº 77/2010-USG/SEDEST consultando a empresa UNIMIX TECNOLOGIA LTDA., sobre a viabilidade de prestação dos serviços (fls.136*);
- d) Ofício da UNIMIX, UNMX-OF 021/2010, concordando em prestar os serviços pelo preço estipulado na ARP 006/2008. (fl.139*);
- e) Ofício nº 032-DA/Sec Aqs o Ordenador de Despesa do Ministério do Exército autorizou a adesão e encaminhou cópia do Pregão nº 006/2008 Eletrônico e do Contrato nº 021-DGP-2008 (fls.140/204*);
- f) Consta atestado de capacidade técnica de vários Órgãos, inclusive, do TCDF (fls.205/223*);
- g) Extrato de prorrogação da Ata de Registro de Preços nº 06/2008, publicado no DOU de 19/03/2010 (fl. 76*);
- h) Consta às folhas 78/124* documentos relativos à adesão da referida ARP pelo Superior Tribunal de Justiça;



- i) Estimativa de preços com base em consulta a 03 (três) empresas (fls. 234/249*);
- j) Declaração do Ordenador de Despesa em atenção ao art. 16, I e II da Lei de Responsabilidade Fiscal (fl. 40**);
- k) Certidões quanto à regularidade fiscal (fls. 41/43**);
- l) Despacho do Chefe da Unidade de Administração Geral resume as medidas adotadas para a adesão e destaca que semelhantes serviços foram objeto do Pregão Eletrônico nº 1279/2008, aprovado por este Tribunal (Processo nº 36676/08). Também acostou aos autos Parecer da Douta Procuradoria-Geral manifestando pela possibilidade, desde que comprovada a vantajosidade para a administração, conforme orientação desta Casa. (fls. 08/32**);
- m) Foi celebrado o Contrato para Prestação de Serviços nº 17/2010, nos termos do Padrão nº 04/2002, no valor de R\$ 7.594.400,00 (fls. 241/245*);
- n) Constam às folhas 125/134* documentos relativos à adesão da ARP 006/2008 pela Secretaria de Educação do Distrito Federal. Cabe esclarecer que o Contrato nº. 04/2010 celebrado com a SEDF esta sendo analisado no Processo nº 2980/2011, também, instruído nesta oportunidade.

III.1 – Da Prorrogação do Contrato

17. A pedido do Chefe da Unidade de Administração Geral, a Gerência de Suporte de Tecnologia da Informação emitiu expediente propondo a prorrogação do Contrato, justificando a carência de pessoal qualificado para dar continuidade aos serviços desenvolvidos pela Contratada (fls. 74/77**).

18. Assim, após os procedimentos administrativos pertinentes o Contrato com vigência prevista até 16/03/2011, foi prorrogado por mais 04 (quatro) meses, (fls. 108/123**).



IV – DOS ACHADOS

IV.1 – DOS ASPECTOS FORMAIS NÃO OBSERVADOS

a) Não comprovação de vantagem na adesão à Ata de Registro de Preços.

19. Para justificar a vantajosidade dos preços registrados na aludida ata com os praticados no mercado local, a SEDEST realizou pesquisa de preços dos serviços, nos termos da Decisão nº 1806/2006.

20. Entretanto, verificamos que a pesquisa de preço foi efetuada após o Ministério da Defesa (25.02.2010) e a empresa UNIMIX (11.02.2010) concordarem com o pleito da SEDEST de adesão à ARP 006/2008. Neste caso, a pesquisa realizada entre 26.02.2010 e 15.03.2010 (fls. 234/249*), pode ter sido efetuada apenas para dar respaldo ao valor estipulado na Ata de R\$ 189,86, para a hora de serviço técnico.

21. Corrobora essa ponderação o fato de as empresas GPS – Global Projetos e Sistemas Ltda. e Agendi TTI – Treinamento e Tecnologia da Informação (fl. 249*), participantes da coleta de preços, não constarem da lista de parceiros ORACLE¹.

22. Portanto, tem-se que, caso a SEDEST optasse por efetuar procedimento licitatório específico para as atividades que necessitavam, provavelmente conseguiria preços mais vantajosos.

23. Ainda, a pesquisa realizada é insuficiente para comprovar a compatibilidade dos preços coletados com os de mercado do DF, conforme impõe a Decisão nº 1806/2006 e o art. 15, incisos II e V, da Lei 8.666/93, pois sequer foram pesquisados os preços praticados em contratos com a Administração Pública.

24. Além disso, verificamos que a hora contratada, no valor de R\$ 189,86, não apresentou vantagem para a Administração Pública, vez que apuramos o valor de R\$ 68,95 da hora média dos profissionais de TI que irão

¹ Rol de parceiros Oracle no Brasil (Papel de Trabalho)



executar os serviços, consoante pesquisa salarial realizada em 2010² (fls. 113/115) e planilha de formação de preços³ (fls. 116/128).

25. A ausência de vantagem se consolida, ainda, pelo desvio do objeto na escolha da ARP 006/2008, uma vez que os serviços constantes do Termo de Referência não se coadunam com a totalidade das atividades descritas nas Ordens de Serviços da SEDEST. Nesse sentido, o então Executor Técnico Emilio Evaristo de Sousa, mediante Memorando nº 03/2011 da Gerência de Suporte de Tecnologia da Informação/DAF/UAG, esclareceu:

“Venho por meio deste informar que há um desacordo do objeto do Contrato nº 017/2010 da ata aderida pela SEDEST com os respectivos serviços prestados pela Contratada...” (fl. 79).

26. O atual Executor do Ajuste, Luiz Ricardo Cabaleiro D'avila no Relatório de Acompanhamento de Execução do Contrato (Anexo IV, fls. 213/217), efetuou a seguinte ressalva:

“... RESSALVO que examinando o contrato verifiquei a possível impropriedade: o objeto contratado não coincide com a totalidade das atividades executadas.”

27. Os responsáveis pela adesão foram: Darciso Maia Filho, então Gerente de Suporte de Tecnologia da Informação por ter solicitado a adesão à ARP 006/2008 (Anexo II, fl. 03), Sr. Ruither Jacques Sanfilippo, então Chefe da Unidade de Administração Geral, que efetuou a pesquisa de preços (Anexo II, fls. 234/249); e Edgard Lourencini, então Secretário da SEDEST pela assinatura do contrato (Anexo III, fls. 47/52).

28. Nesse sentido, os responsáveis acima nominados deverão apresentar suas razões de justificativas pela não comprovação de vantagem para a SEDEST na adesão à ARP 006/2008 do Exército Brasileiro – Ministério da Defesa, resultando em ato antieconômico, tendo em conta a possível aplicação das multas previstas nos incisos II e III do art. 57 e da inabilitação para exercício

² Pesquisa de mercado feita de 21 de abril a 14 junho/2010 pelo site www.apinfo.com com 17.533 participantes a nível regional

³ O custo e a formação de preços teve como base de cálculo a planilha elaborada nos autos de nº 3769/04-TCDF (Decisão nº 544/2010)



de cargo em comissão ou função de confiança, nos termos do art. 60, ambos da Lei Complementar nº 01/94-TCDF. **(Sugestão II.a).**

b) Remuneração dos serviços de desenvolvimento de sistemas pela métrica homem/hora sem justificativa e com valor fixo da hora

29. Cabe registrar, inicialmente, que as orientações desta Casa⁴, do TCU⁵ e de normativos federais⁶ estabelecem a fixação de procedimentos e de critérios de mensuração nas contratações de serviços de tecnologia da informação, abrangendo métricas, indicadores e valores.

30. A IN nº 04/2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, recepcionada pelo Decreto Distrital nº 32.218/2010 estabeleceu que a aferição de esforço por meio da métrica homens-horas apenas poderá ser utilizada mediante justificativa e sempre vinculada à entrega de produtos de acordo com prazos e qualidade previamente definidos⁷.

31. Nessa linha, a métrica Ponto de Função é usualmente utilizada pelo mercado para a remuneração dos serviços de manutenção/desenvolvimento e implantação de sistema, objeto do projeto básico da SEDEST/DF, pois se vincula a critérios objetivos que tem como base a medição funcional do sistema, conforme metodologia disseminada pelo International Function Point User Group – IFPUG.

32. O Tribunal, por meio das Decisões nºs 615/2008, 1294/2009, 3084/2010, 5413/2010 e 4287/2010, considerou a métrica Ponto de Função a forma mais adequada de remunerar os serviços de manutenção/desenvolvimento de sistemas. Tal prática reflete a busca pela eficiência e a economicidade que regem a Administração Pública.

33. No caso em tela, o contrato nº 17/2010, celebrado em 16 de março de 2010, prorrogado por mais 04 (quatro) meses, estabeleceu a métrica horas de serviços técnicos, sob demanda, para a remuneração dos serviços contratados de

⁴ Decisões nºs 615/08 e 1294/09

⁵ Acórdãos nºs 786/2006, 1480/07 e 1999/07

⁶ Art. 14, inciso II, alínea “a”, da IN nº 04/2008-SLTI-MPOG

⁷ Art. 14, inciso VIII, §1º, da IN nº 04/2008



desenvolvimento, implantação e produção de soluções com tecnologia *Oracle*, sem apresentar nenhuma justificativa para a sua utilização e com valor fixo da hora para os diversos profissionais de TI que irão exercer as atividades requeridas, não obstante a própria contratada ter elencado os perfis profissionais necessários à execução dos serviços (fls. 21/23).

34. Observa-se, assim, que a utilização da métrica “homem-hora” com valor fixo da hora para a remuneração dos serviços, independente dos profissionais alocados nas atividades requeridas, onerou de forma injustificada a contratação em exame.

35. Nesse sentido, os senhores Darciso Maia Filho, então Gerente de Suporte de Tecnologia da Informação (Anexo II, fl. 03); Ruither Jacques Sanfilippo, então Chefe da Unidade de Administração Geral (Anexo II, fls. 234/249); e Edgard Lourencini, então Secretário da SEDEST (Anexo III, fls. 47/52), deverão apresentar suas razões de justificativas pela utilização da métrica homem/hora com valor fixo para remunerar as atividades inerentes ao desenvolvimento de sistemas, tendo em conta possível aplicação das sanções estabelecidas nos artigos 57, incisos II e III, e 60, ambos da LC nº 01/94, c/c o artigo 182, inciso I, do RI/TCDF. **(Sugestão II.a)**

c) **Emissão irregular das Ordens de Serviços e Liquidação de Despesa sem os Relatórios Comprobatórios da Execução dos Serviços.**

36. O Termo de Referência no item 4 – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS A SEREM CONTRATADOS, estabelece que as atividades a serem desenvolvidas devem ser planejadas em conjunto com os Coordenadores da SEDEST, confira: *“As atividades do Gerente de Contrato deverão ser executadas em conjunto aos Coordenadores da SEDEST no que se refere ao planejamento, cronograma e controle de execução”*. (Anexo II, fls. 07, *infine*).

37. Entretanto, ao examinarmos os processos de pagamentos, verificamos que a empresa UNIMIX é que emite as Ordens de Serviços em papel timbrado e encaminha para o executor assinar (Anexo IV, fls. 16 e 55/60). Posteriormente, o Termo de Aceite é emitido informando o cumprimento das



demandas (Anexo IV, fls. 14/15, 38/40 e 48/50).

38. Tal procedimento deixa dúvidas quanto à participação dos Coordenadores na elaboração das Ordens de Serviços nºs 001 a 004/2011, adicionadas às folhas 219/230, do Anexo IV, onde constata-se que foram emitidas pela UNIMIX que estipulou uma demanda de 48.224 (quarenta e oito mil duzentos e vinte e quatro) horas e encaminhou para o atual Executor do Contrato assinar, entretanto, até a presente data (09.05.2011), ainda não havia sido autorizado a prestação dos serviços.

39. Tal procedimento contraria o Termo de Referência que estabelece no item 5 – Disposições Gerais que as Ordens de Serviços devem ser emitidas pela SEDEST, confira:

“... Todos os serviços a serem executados deverão ser previamente solicitados pela Contratante mediante emissão **ORDEM DE SERVIÇOS (OS) (Adendo I) e da Nota de Empenho.**” (Anexo II, fl. 35).

40. Ademais, constatamos Ordens de Serviços (Anexo IV, fls. 220/230) não preenchidas de acordo com as instruções constantes do Adendo I ao Termo de Referência (Anexo II, fls. 39/41), a exemplo dos seguintes campos: Unidade solicitante, perfis Profissionais (exceto a OS 001/2010), Nome do Responsável Técnico, Autorização do Coordenador e Indicação dos Prestadores dos Serviços.

41. Registra-se, ainda, que o executor do Contrato e o Secretário de Estado atestaram as Notas Fiscais sem observar o disposto nas Disposições Gerais do Termo de Referência que dispõe:

“O pagamento à Contratada será efetuado mensalmente com a apresentação dos relatórios gerenciais e semanais, onde serão contabilizadas as horas efetivamente trabalhadas por técnico.” (An. II, fl. 35).

42. Assim, evidenciamos a liquidação de despesa sem as informações previstas nos Adendos III e IV do Termo de Referência (Relatórios Gerenciais e Semanais, An. II, fls. 43/44).



43. Os responsáveis pela emissão das Ordens de Serviços e pelo ateste das Notas Fiscais sem os relatórios comprobatórios da execução dos serviços, em desacordo com o Termo de Referência são os Senhores Carlos da Silva Carvalho, então Secretário-Adjunto da SEDEST e executor do Contrato (An. IV, fls. 10/19, 36/40, 46/59, 70 e 95/104) e Edgard Lourencini, então Secretário da SEDEST (An. IV, fls. 130/146) que deverão apresentar suas razões de justificativas pela emissão irregular das Ordens de Serviços (O.S. emitida pela contratada) e pela atestação das notas fiscais em desacordo com o Termo de Referência, com vistas à aplicação da multa prevista nos incisos II e III do art. 57 e da inabilitação para exercício de cargo em comissão ou função de confiança, nos termos do art. 60, ambos da Lei Complementar nº 01/94-TCDF. **(Sugestão II.b)**

IV.2 – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

a) Superfaturamento de preço nos serviços prestados

44. A contratação em exame tem por objeto a contratação de serviços, sob demanda, em suporte a produtos *ORACLE*, para atividades de desenvolvimento/manutenção, implantação e produção dos sistemas da SEDEST.

45. Sabemos que o suporte a produtos e tecnologia *Oracle* é prestado, em regra, com a finalidade de refinar/aperfeiçoar consultas/relatórios extraídos do sistema e/ou problemas relacionados a configuração/instalação do sistema gerenciador de banco de dados proprietário da Oracle (Standard Edition/Enterprise), ou seja, os serviços são executados de forma pontual, sob demanda, conforme mencionado no parágrafo acima.

46. Assim, não caberia a contratação de empresa especializada em banco de dados/plataforma Oracle para desenvolver todos os sistemas da SEDEST, desde a sua concepção até a implantação (metodologia de desenvolvimento de sistemas – MDS⁸), por se tratar de um serviço de suporte técnico e de aperfeiçoamento, usualmente utilizado para resolver questões pontuais.

⁸ MDS – É um conjunto de regras e padrões que orientam a abordagem utilizada em todas as tarefas associadas com o ciclo de vida do desenvolvimento de sistemas que envolve as fases de levantamento dos requisitos, projeto, implementação, teste e implantação



47. Na prática, verificamos que a atividade da contratada consistia, na essência, na geração da folha de pagamento de Programas Sociais do GDF (Vida Melhor, Bolsa Escola, Jovens do Futuro, Bolsa Universitária), mediante execução de rotinas mensais dos aplicativos em produção.

48. Registra-se que os serviços de desenvolvimento/manutenção de sistemas deveriam ter sido remunerados pela métrica ponto de função, conforme mencionamos nos §§ 30 a 32 deste Relatório.

49. Contudo, os serviços foram pagos por um valor fixo de R\$ 189,86 homem/hora, independente do profissional de informática alocado para exercer a atividade requerida na ordem de serviço.

50. Nos processos de pagamento (exercício de 2010), referente a execução do Contrato nº 17/2010, verificamos que foram pagos a importância de R\$ 3.522.626,37, relativos a 18.553,81 horas prestadas, sendo que a empresa UNIMIX recebeu, descontado o ISS, o valor de R\$ 3.467.588,68 conforme discriminado a seguir:

QUADRO I – Valores pagos e prejuízo apurado em 2010 – Contrato 17/2010

ORDEM SERVIÇO	QUANT. HORAS (A)	VALOR PAGO R\$ (B)	HORA DE REF. ¹ (C)	VALOR DE REFER. D= (A) * (C)	PREJUÍZO APURADO (B – D)	NOTA FISCAL FI. ²
001/10	657	122.243,26	68,95	45.300,15	76.943,11	2163 – 12
001/10	2.121	394.639,20	68,95	146.242,95	248.396,25	2181 – 38
001/10	2.791	519.301,27	68,95	192.439,45	326.861,82	2227 – 48
001/10	2.548	474.088,01	68,95	175.684,60	298.403,41	2395 – 80
002 e 003/10	4.059:53	770.742,37	68,95	279.904,59	490.837,78	2524 – 105
002 e 003/10	6.377:28	1.186.574,57	68,95	439.713,46	746.861,11	2597 – 140
TOTAL	18.553,81	3.467.588,68	68,95	1.279.285,20	2.188.303,48	-

¹ – A hora de referência é a média dos valores pagos aos profissionais de TI alocados na prestação de serviços de desenvolvimento/manutenção de sistemas, bancos de dados e suporte, tais como: Gerente de Projeto, Analista de Sistemas, Analista de requisitos, Analista/Programador geral, analista de testes e analista de suporte Unix, com base em pesquisa salarial realizada pelo site Apinfo.com, entre os dias 21 Abril a 14 julho/2010 (fls. 113/115) e em planilha de formação de preços com base nos autos de nº 3769/04-TCDF (Decisão nº 544/2010).

² – As folhas indicadas na última coluna constam do Anexo IV.



51. O quadro acima demonstra que os valores pagos à UNIMIX representam um superfaturamento de 171%⁹.

52. Cabe ressaltar que o valor de R\$ 68,95 (hora média de referência), encontra amparo na Ordem de Serviço nº 001/10 (An. IV, fl. 17, item 8), onde a empresa indicou os perfis dos profissionais que iriam desenvolver aquela atividade e no sumário constante às fls. 21/23.

53. Desta forma, os preços para remunerar os serviços fornecidos pela UNIMIX, no exercício de 2010, resultaram em um prejuízo da ordem de R\$ 2.188.303,48 (dois milhões, cento e oitenta e oito mil, trezentos e três reais e quarenta e oito centavos), considerando os perfis profissionais disponibilizados para a execução das atividades previstas nas ordens de serviços.

54. Os responsáveis pelo pagamento de serviços com preços superfaturados (preço da hora ajustada com valor fixo e superior aos preços praticados no mercado) foram os senhores: Darciso Maia Filho, então Gerente de Suporte de Tecnologia da Informação da SEDEST por ter solicitado a adesão à ARP 006/2008 (Anexo II, fl. 03), Ruither Jacques Sanfilippo, então chefe da Unidade de Administração Geral que efetuou a pesquisa de preços (Anexo II, fls. 234/249); Carlos da Silva Carvalho, então Secretário-Adjunto da SEDEST e executor do Contrato (Anexo IV, fls. 10/19, 36/40, 46/59, 70 e 95/104) e Edgard Lourencini, então Secretário da SEDEST (Anexo IV, fls. 130/146). A empresa UNIMIX TECNOLOGIA LTDA., deve responder solidariamente com os responsáveis nos termos do art. 17 §§ 2º, alínea "b", e 3º, da lei Orgânica do TCDF.

55. Merece destaque a indicação do ex-Secretário Adjunto para executor do Contrato. Tal executor deixou de observar as instruções do Adendo I, e não exigiu os Relatórios previstos nos Adendos III e IV, do Termo de Referência (An. II, fls. 38/43), e não indicou nenhum servidor da área de TI para Coordenar os Serviços.

⁹ $(3.467.588,68 / 1.279.285,20 - 1) * 100$



56. Ressalte-se, ainda, que o Secretário da SEDEST atestou a Nota Fiscal nº 2597, no valor de R\$ 1.210.790,38 que foi paga em tempo recorde, ao apagar das luzes do exercício de 2010, uma vez que foi emitida e encaminhada à SEDEST em 29.12.2010 tramitou e foi paga no mesmo dia conforme verifica-se às folhas 129/158, do Anexo IV.

57. Assim, quantificado o prejuízo financeiro, identificados os responsáveis pelo pagamento de serviços em valores manifestamente superiores aos praticados no mercado, propomos ao eg. Tribunal que autorize, com fulcro no art. 46 da Lei Complementar nº 1/94, a conversão deste Processo em Tomada de Contas Especial – TCE, autorizando desde já, com base no inciso II do art. 13 da Lei Orgânica do TCDF, a citação dos senhores Darciso Maia Filho, Ruither Jacques Sanfilippo, Carlos da Silva Carvalho e Edgard Lourencini e da empresa UNIMIX TECNOLOGIA LTDA. para, no prazo de 30 (trinta) dias, solidariamente, recolherem ao erário do Distrito Federal a quantia de R\$ 2.188.303,48 (dois milhões, cento e oitenta e oito mil, trezentos e três reais e quarenta e oito centavos), ou, apresentarem razões de defesa sobre os fatos narrados (**sugestão III**).

IV.3 – Valores Liquidados e não Pagos

58. Encontra-se em trâmite na SEDEST o Processo 380.000.785/2011, com 03 (três) Notas Fiscais liquidadas e não pagas, referentes aos Termos de Aceite nº 15 a 20 (An. IV, fls. 166/217), conforme quadro a seguir.

QUADRO III – Valores Liquidados e não pagos – Contrato 17/2010

Valor Empenhado	Notas Fiscais - folhas	Valor R\$
1.582.166,65	2691 - 187	597.679,28
-	2692 - 199	600.906,90
-	2693 - 211	283.460,98
TOTAL	-	1.482.047,16

Fonte: SISCOEX e Processo nº 380.000785/2011 (Anexo IV, fls. 166/217)

59. Importa esclarecer que o atual executor do Contrato 17/2010, Sr. Luiz Ricardo Cabeleiro D'avila, procedeu a liquidação das Notas fiscais constantes do Quadro III, entretanto, mediante Relatório de Acompanhamento de



Execução de Contrato (Anexo IV, fls. 213/217), solicitou a suspensão do pagamento.

60. No Relatório o executor apresenta o histórico dos serviços prestados pela UNIMIX à SEDEST, esclarecendo que a Gerência de Suporte de Tecnologia da Informação – GESUT não dispunha de nenhum funcionário efetivo da Secretaria e que a UNIMIX detinha todo o conhecimento técnico e pessoal capacitado para realizar os serviços de informática.

61. Em seguida, descreveu os serviços que foram executados, listou os sistemas atuais em funcionamento e em desenvolvimento, informou que atualmente está fazendo o levantamento, análise e tomando conhecimento de todos os serviços hoje prestados pela UNIMIX. Por fim, concluiu nos seguintes termos: (An. IV, fls. 217)

“5 - CONCLUSÃO

*Conforme previsto nas ordens de serviço a empresa UNIMIX vem cumprindo os serviços solicitados pela SEDEST, **porém RESSALVO que examinando o contrato verifiquei a possível impropriedade: objeto contratado não coincide com a totalidade das atividades executadas.***

Em virtude da dificuldade encontrada nas instalações da secretaria como falta de infraestrutura, internet e principalmente falta de funcionários efetivos da GESUTI, o prazo do contrato não pôde ser cumprido.

A condição anterior da GESUTI colocou a SEDEST sem condições de funcionar sem ajuda de uma empresa técnica. Hoje a situação atual é de total dependência da UNIMIX para o andamento dos programas sociais destinados a população carente.

O governo do Distrito Federal por meio da SEDEST tem uma grande responsabilidade social com a população. A normatização e a integração das políticas públicas voltadas para acolhimento e emancipação das comunidades empobrecidas são uma verdadeira rede de proteção e promoção social. Os programas que sustentam este processo, hoje, dependem do suporte prestado pela empresa UNIMIX.



O governo do Distrito Federal tem um aporte financeiro do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS que tem por objetivo proporcionar recursos e meios para financiar o benefício de prestação continuada e apoiar serviços, programas e projetos de assistência social. Este repasse financeiro pode ser suspenso se os recursos não forem utilizados ou mesmo repassados de forma irregular. Hoje este repasse depende dos relatórios e pagamentos realizados pela SEDEST junto com a empresa UNIMIX.

Deste modo, concluiu-se que os serviços prestados pela Contratada são necessários para continuidade dos pagamentos dos benefícios da SEDEST.

*Recomendo que **sejam suspensos todos** os pagamentos do ano de 2011 até que seja apurada a ressalva apontada neste relatório.”*

62. Tendo em conta as evidências de superfaturamento nos preços dos serviços e com fundamento no art. 198 do RI/TCDF, propomos ao eg. Tribunal que determine à SEDEST que, cautelarmente, realize glosa dos valores devidos à empresa Unimix Tecnologia Ltda., (Contrato nº 17/2010), adotando o valor de R\$ 68,95 por homem/hora trabalhada, para fins de pagamento dos serviços prestados e liquidados, nos termos da legislação de regência;

63. Por intermédio do Ofício nº 96/2011-CF a 2ª Procuradoria Procuradoria do MPjTCDF encaminhou à Relatora documentos relacionados com a Representação nº 09/2011-CF. Por determinação da Relatora os documentos foram juntados aos autos (fls. 76/111).

64. Dos novos documentos acostados aos autos cabe destacar o Memorando nº 03/2011 onde a Gerência de Suporte e Tecnologia da Informação informa ao Gabinete da SEDEST que há um desacordo do objeto do Contrato nº 17/2010 com os respectivos serviços prestados e que foi solicitado a suspensão de todas as Ordens de Serviços.

65. Em seguida informa as consequências e solicita que sejam tomada as providências cabíveis, nos seguintes termos:

“Para conhecimento, vários serviços deixarão de ser prestados pela



Contratada, prejudicando, por exemplo, o processo da folha de pagamento dos benefícios sociais. E, tendo em vista que esta gerência não possui funcionários suficientes e com especialidade técnica em tais serviços, solicito, em caráter de urgência, qua sejam tomadas providências cabíveis.” (fl. 79)

66. Importa esclarecer que o memorando e o pedido de suspensão das Ordens de Serviços ocorreram em 15/03/2011, a vigência do Contrato expiraria em 16/03/2011. Assim, não haveria tempo hábil para adotar medidas saneadoras sem prejudicar as famílias beneficiárias dos programas sociais do Governo, motivo pelo qual o Contrato foi prorrogado por mais quatro meses.

67. Posteriormente, mediante o Memorando nº 10/2011, de 14 de abril de 2011, o mesmo Gerente de Suporte, Sr. Emílio Evaristo de Sousa, encaminhou os processos técnicos e financeiro, os termos de aceite e as notas fiscais à Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL, solicitando a anulação do Contrato (fl. 82/85).

68. No decorrer da Inspeção, colhemos o Memorando nº 58/2011-AJL/SEDEST, onde aquela assessoria devolveu os autos ao Executor, esclarecendo que a solicitação de análise deve ser encaminhada por órgão superior, e concluiu:

“Desse modo, a solicitação em questão deverá ser juntada ao processo e encaminhada à Unidade de Administração Geral-UAG, para que essa UAG encaminhe os autos a esta Assessoria com as questões de fato e a dúvida jurídica a ser analisada.” (fl. 112).

69. Compete registrar que os autos não retornaram à AJL para análise da questão e que o Contrato expirará em 16/07/2011.

70. Destaca-se, também, a Nota Fiscal nº 2628, no valor de R\$ 969.271,37, que foi emitida em 01/02/2011 (fls. 96 107), e não consta dos processos de pagamentos nºs 380.002712/2010 e 380.000785/2011 (Anexo IV). O atual Executor do Contrato ficou de verificar os motivos pelos quais a NF não foi liquidada e incluída em um dos processos mencionados.

71. Neste caso, deixaremos de propor medidas sobre a questão



acima retratada (Nota Fiscal nº 2628), em virtude das medidas propostas no parágrafo 62, relativas aos valores liquidados e não pagos e a serem liquidados.

V - CONCLUSÃO

72. Quanto aos aspectos formais do Contrato nº 17/2010, constatamos as seguintes irregularidades:

- a) não comprovação de vantagem para a SEDEST na adesão à ARP 006/2008 do Exército Brasileiro – Ministério da Defesa, resultando em ato antieconômico dos serviços executados;
- b) utilização da métrica homem/hora com valor fixo para remunerar as atividades inerentes ao desenvolvimento de sistemas sem nenhuma justificativa;
- c) emissão irregular das Ordens de Serviços (O.S. emitida pela contratada) e pelo atesto das Notas Fiscais em desacordo com o Termo de Referência.

73. Quanto à execução do Ajuste, verificamos o pagamento de serviços com preços superfaturados (preço da hora ajustada com valor fixo e superior aos preços praticados no mercado).

VI – SUGESTÕES

74. Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário que:

- I. tome conhecimento da Representação nº 09/2011 – CF e do resultado da Inspeção realizada na SEDEST consubstanciada no Relatório de Inspeção nº 7.0103/11;
- II. autorize a audiência dos responsáveis para que, em 30 dias, apresentem suas justificativas, diante da possibilidade de aplicação das penas estabelecidas nos



arts. 57, incisos II e III, e 60 da Lei Complementar nº 01/94:

- a) aos nominados nos §§ 27 e 35 deste Relatório pela não comprovação da vantagem na adesão à ARP 006/2008 do Exército Brasileiro – Ministério da Defesa e pela utilização da métrica homem/hora com valor fixo para remunerar as atividades inerentes ao desenvolvimento de sistemas (§§ 19/26 e 28/34);
- b) aos nominados no § 43 deste Relatório pela emissão irregular das Ordens de Serviços (O.S. emitida pela contratada) e pela atestação das notas fiscais em desacordo com o Termo de Referência, irregular de fatos narrados nos §§ 36/42;

- III. converta estes autos em Tomada de Contas Especial, com fulcro no art. 46 da Lei Complementar nº 1/94, autorizando desde já, com base no inciso II do art. 13 da Lei Orgânica do TCDF, a citação dos senhores, nominados no § 54 deste Relatório e do representante legal da Empresa UNIMIX Tecnologia Ltda., para, solidariamente, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentarem defesa pelo superfaturamento de preços dos serviços prestados ou recolherem ao erário do Distrito Federal a quantia de R\$ R\$ 2.188.303,48 (dois milhões, cento e oitenta e oito mil, trezentos e três reais e quarenta e oito centavos),
- IV. determine à SEDEST que em vista dos indícios de superfaturamento de preços e com fundamento no art. 198 do RI/TCDF, cautelarmente, realize glosa dos valores devidos à empresa Unimix Tecnologia Ltda., (Contrato nº 17/2010), adotando o valor de R\$ 68,95 por homem/hora trabalhada, para fins de pagamento dos serviços



prestados e liquidados, nos termos da legislação de regência;

- V. alertar aos órgãos do complexo administrativo do Distrito Federal que a adesão a Ata de Registro de Preços exige ampla pesquisa de preço no mercado local, em especial junto aos órgãos públicos, conforme decisão TCDF nº 1806/2006;
- VI. autorize o retorno dos autos para acompanhamento da matéria.

À superior consideração.

Brasília, 28 de junho de 2011.

Everton Peixoto C. de Assumpção	Amador Eustáquio G. Magela
ACE – 556-8	ACE – 009-4

De acordo com as sugestões apresentadas.

À consideração do Senhor Inspetor.

FLÁVIO JOSÉ F. DE SOUZA	JORGE PEREIRA DA COSTA
Diretor do Núcleo de Fisc. TI	Diretor Div. Acomp. / 2ª ICE